



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de São Pedro do Sul** (a Entidade), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 55.854.934Euros e um total do património líquido de 46.485.269Euros, incluindo um resultado líquido negativo de (3.035.387Euros)), a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de São Pedro do Sul** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Bases para a opinião com reservas

A Entidade ainda não realizou a inventariação integral dos bens imóveis do domínio público e privado, pelo que não nos podemos pronunciar quanto aos efeitos deste aspeto nas demonstrações financeiras.

O Município não procedeu à avaliação de eventuais indícios de imparidade relativamente aos seus Ativos fixos tangíveis conforme preconizado pela NCP 9 – “Imparidade de ativos”, em resultado do seu potencial de serviço ser inferior ao correspondente valor líquido. Desta forma não podemos aferir quais os impactos nas demonstrações financeiras que resultariam desta avaliação, que influenciariam por um lado o valor líquido dos Ativos fixos tangíveis e os resultados do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ênfases

Conforme referido na Nota 3.2 do Relatório de Gestão e Nota 18 Q18.2.4, o Município reconheceu nos resultados do período a necessidade de fazer face ao equilíbrio financeiro da empresa municipal Termalístur, E.M. no montante de 1.381.732 Euros, tendo reconhecido no passivo corrente esse efeito. Já no decorrer de 2021, por acordo entre as partes, foi compensado o passivo resultante do equilíbrio financeiro por um crédito a receber que o Município detinha sobre a Termalístur, E.M. de montante equivalente.

Conforme referido na Nota 0 – “Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória” do Anexo às demonstrações financeiras, A Entidade apresentou pela primeira vez no presente exercício, demonstrações financeiras de acordo com o referencial de relato SNC-AP, tendo procedido às respetivas divulgações de acordo com o estipulado no correspondente normativo. Decorrente deste facto, as demonstrações financeiras de 2020 não são comparáveis com as demonstrações financeiras do período de 2019. Assim, não foi apresentado o período comparativo na demonstração de resultados e demonstrações de fluxos de caixa.

O relatório e gestão divulga os principais impactos da Pandemia em curso Covid -19, as políticas e medidas implementadas e as atividades levadas a cabo pelo Município para responder de forma adequada às solicitações no âmbito da prevenção, combate e controlo da mesma bem como, as medidas tomadas por forma a minimizar os efeitos sociais e económicos da população em geral e operadores económicos da região. Não sendo possível estimar os impactos futuros da Pandemia Covid-19, na atividade e nas necessidades de intervenção a realizar por parte do Município de São Pedro do Sul, é convicção do Órgão Executivo que se encontram asseguradas eventuais necessidades adicionais de financiamento, para futuras intervenções neste âmbito, sem que a estabilidade e o equilíbrio financeiro do Município sejam colocados em causa.

Responsabilidades do órgão de gestão.

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC- AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do MUNICÍPIO DE POMBAL de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

LISBOA (sede): Avenida António Serpa, 32 – 9Dº · 1050 - 027 LISBOA | T. +351 218 269 751 | E. lisboa@vta-sroc.pt
LEIRIA: Rua Dr. José Henriques Varela, 30 - 2º Dto. · 2410 - 122 LEIRIA | T. +351 244 833 100 | E. leiria@vta-sroc.pt
VISEU: Largo General Umberto Delgado, N.º 1 2ºEsq – Esc. A1P3 3500 – 139 Viseu |T. +351 232 431 982 | E. viseu@vta-sroc.pt
NIF. 508410630 | Capital Social € 10.000 | SROC N.º 213 | Inscrição na CMVM N.º 20161508 | www.vta-sroc.pt



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município de São Pedro do Sul;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do MUNICÍPIO para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

LISBOA (sede): Avenida António Serpa, 32 – 9Dº · 1050 - 027 LISBOA | T. +351 218 269 751 | E. lisboa@vta-sroc.pt
LEIRIA: Rua Dr. José Henriques Vareda, 30 - 2º Dto. · 2410 - 122 LEIRIA | T. +351 244 833 100 | E. leiria@vta-sroc.pt
VISEU: Largo General Umberto Delgado, N.º 1 2ºEsq – Esc. A1P3 3500 – 139 Viseu | T. +351 232 431 982 | E. viseu@vta-sroc.pt
NIF. 508410630 | Capital Social € 10.000 | SROC N.º 213 | Inscrição na CMVM N.º 20161508 | www.vta-sroc.pt



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Município de São Pedro do Sul que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 18.068.137Euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 17.999.815Euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

O Município de São Pedro do Sul não preparou o Relatório de gestão coma inclusão da informação exigida pelo parágrafo 34 e 37 da NCP 27 – “Subsistema de contabilidade de gestão”

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 28 de junho de 2021

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda
Representada por: Bruno Cabral da Trindade, ROC 1713



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal

1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Auditor Externo emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de São Pedro do Sul**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, que se consubstancia, conforme decorre da lei 140/2015 de 7 de setembro na Certificação Legal das Contas.
2. Durante o exercício, o Auditor Externo desempenhou com regularidade as funções previstas na lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes do Município. Para o efeito, recebeu dos serviços, todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. Com efeito, foi verificado que o limite da dívida total para o ano de 2020 está de acordo com a legislação aplicável e os respetivos documentos e registos contabilísticos.
4. No encerramento do exercício foram apreciados o relatório de gestão e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos exigidos por lei, com vista à sua Certificação Legal de Contas, emitida com reservas e com ênfases.

PARECER

5. Face ao que antecede, e analisados os documentos referidos nos números anteriores, juntamente com a Certificação Legal das Contas, o Auditor externo é de parecer que a Assembleia Municipal poderá apreciar os documentos de prestação de contas relativas ao exercício de 2020, tal como foram apresentadas pelo **Município de São Pedro do Sul**;
6. Finalmente, o Auditor externo agradece ao Municipal e aos seus serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Viseu, 28 de junho de 2021

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda

Representada por: Bruno Cabral da Trindade, ROC 1713